

A derrocada do investimento

ARTIGO

José Márcio Camargo

Professor titular aposentado do Departamento de Economia da PUC-Rio, é economista-chefe da Genial Investimentos

A pesar do crescimento do PIB acima do esperado, a taxa de investimento da economia brasileira mostrou forte queda ao longo de 2023, saindo de 19,6% do PIB no início do ano para 16,6% do PIB no terceiro trimestre. O crescimento da economia foi concentrado no aumento do consumo das famílias, do consumo do governo e das exportações. A Formação Bruta de Capital Fixo,

em especial, máquinas e equipamentos, mostrou queda de -8,9%.

Com uma taxa de investimento tão baixa e em queda, a capacidade produtiva do País não cresce e o aumento do consumo acaba esbarrando no estoque de capacidade preexistente, gerando pressão inflacionária. No longo prazo, o crescimento da economia depende fundamentalmente de investimento em capital físico e em capital humano.

Vários são os fatores que estão gerando esta queda da taxa de investimento. Um primeiro fator é a elevada taxa de juros real, resultado de gargalos do sistema produtivo e de transportes decorrentes da pandemia e de uma política

Capacidade produtiva do País não cresce e o aumento do consumo acaba esbarrando no estoque preexistente

fiscal expansionista.

Os elevados e persistentes déficits fiscais geram aumento da dívida, o que aumenta a taxa de juros demandada pelos investidores para financiar esta dívida, mantendo os juros reais elevados.

Um segundo fator é a política de aumentar a carga tributária sobre as empresas e os lucros, para financiar aumentos de gastos do governo e, desta forma, manter o déficit fiscal minimamente sob controle. Como grande parte deste aumento de gastos é transferência de renda para as famílias (Bolsa Família, Previdência Social, BPC, entre outros), o País está taxando investimento para financiar consumo.

Terceiro, a Reforma Tributária aprovada em 2023 simplifica e diminui o contencioso tributário no longo prazo, mas, no curto prazo, aumen-

ta a incerteza. Concretamente, hoje nenhum agente econômico sabe qual será a alíquota padrão do imposto sobre consumo (IVA) nem quanto vai pagar de impostos nos próximos anos. Como resultado, as empresas preferem esperar para ver como vai ficar a carga tributária no futuro, adiando ou cancelando seus investimentos.

Quarto, o aumento da intervenção do governo na economia, seja diretamente, seja através de empresas estatais, como a Petrobras, ou privadas, como a Vale e a Eletrobras, diminui a atratividade da economia brasileira, gera redução do investimento direto estrangeiro no País e reduz a taxa de investimento.

Diante deste conjunto de fatores, não é uma surpresa que a taxa de investimento seja tão baixa e se mantenha em queda. ●

Indicadores Retrato econômico

Com auxílio, Norte e Nordeste têm queda na concentração de renda

Na região Nordeste, recuo foi de 1,5% em 2023, indica pesquisa do IBGE; redução no Norte chegou a 1,7%

DENISE LUNA
RIO

A pesquisa divulgada ontem pelo IBGE mostra que, na esteira principalmente da ampliação do Bolsa Família, as regiões Norte e Nordeste foram as que tiveram redução mais expressiva na concentração de renda em 2023. Em relação ao ano anterior, a região Norte teve queda de 1,7%, enquanto o Nordeste apresentou recuo de 1,5%. Mesmo assim, o Nordeste segue liderando o ranking de desigualdade de renda no País, com a Paraíba no topo dessa escala.

“Essa melhora importante que a gente vê no Norte e Nordeste nesse período são os que recebem os programas sociais. Contribuíram o aumento do valor dos benefícios e também a expansão do mercado de trabalho”, disse o analista do IBGE Gustavo Fontes.

A Região Sul voltou a registrar na pesquisa a menor taxa de concentração de renda. A região também apurou uma melhora, porém mais tímida, de 0,8% entre 2022 e 2023, puxada por Santa Catarina. O Estado é o menor em desigualdade de renda no País. Já a Região Sudeste subiu 0,5% de um ano para outro, enquanto o Cen-

tro-Oeste permaneceu estável.

PROGRAMAS SOCIAIS. Os programas sociais do governo fizeram a diferença em 2023 para a camada mais pobre da população, de acordo com a pesquisa do IBGE. O rendimento médio mensal real per capita dos 40% da população com menores rendimentos cresceu 12,6% de um ano para outro, atingindo o maior valor da série histórica.

Mesmo assim, o rendimento dessa camada de brasileiros ainda é baixo. Por dia, em média, o rendimento ficou em R\$ 17,50 no ano passado, ante R\$ 15,60 em 2022. A maior cifra foi registrada no Sul, de R\$ 26 por dia, enquanto a menor foi no Nordeste, de R\$ 11,40 por dia. Segundo o IBGE, contribuíram para o aumento de renda o valor maior do programa Bolsa Família ao longo de todo o ano, a melhoria no mercado de trabalho e o aumento real do salário mínimo.

“Além do reajuste do Bolsa Família, houve maior expansão do número de domicílios que receberam o benefício, e também uma melhoria no mercado de trabalho, com 4 milhões de pessoas a mais (empregadas). Por fim, o aumento real do salário mínimo, que tem um efeito menor, mas impacta também”, explicou.

A pesquisa do IBGE mostra também que as famílias brasileiras conseguiram em 2023 ultrapassar o patamar de renda perdido durante o período de covid-19 e registrar um novo recorde. Com a retomada da economia e os programas de trans-

Diferença

R\$ 17,50 foi o rendimento médio diário da camada de menor poder aquisitivo no Brasil

R\$ 11,40 foi o rendimento médio diário da população menos favorecida no Nordeste

ferência de renda, a massa de renda domiciliar per capita do brasileiro foi a maior da série histórica e ultrapassou em R\$ 49 bilhões o nível registrado em 2019, antes da pandemia.

A massa de rendimento mensal real domiciliar per capita – soma de toda a remuneração das famílias, do trabalho, de fontes formais e informais, incluindo apoios pagos pelo governo, como bolsas e aposentadoria – totalizou R\$ 398,3 bilhões, o que corresponde a um aumento de 12,2% frente a ano anterior e de 9,1% na comparação com 2019.

“Em todas as grandes regiões a gente observou a expansão do percentual da população com

alguma fonte de rendimento, sendo que a Região Sul apresentou a melhor estimativa de todo os anos da série (68,8%), e as regiões Norte e Nordeste, os menores percentuais (57,8%)”, informou Fontes.

A pesquisa mostra, que tanto pelo trabalho quanto por outras fontes de renda, 64,9% da população, ou cerca de 140 milhões de pessoas, tinham algum rendimento no ano passado, contra 62,6% em 2022, de uma população total de 215,6 milhões.

A ocupação por trabalho subiu para 46% em 2023, ante 44,5% em 2022. Também o rendimento por outras fontes avançou no ano passado, para 26%, depois de registrar 24,4% no ano anterior. Nos dois casos, o rendimento superou o patamar anterior à pandemia. São consideradas outras fontes, segundo o IBGE, aposentadoria, pensões, aluguel, arrendamento, programas sociais e aplicações financeiras, entre outras.

“Houve crescimento tanto no trabalho como em outras fontes. Já se observa um percentual acima do que ocorreu em 2019, ano que antecedeu a pandemia”, disse Fontes.

Segundo o estudo, o destaque de rendimento por outras fontes são as aposentadorias e pensões, somando 13,4% do total, seguido por “outros rendimentos”, onde se incluem os programas sociais, com 10,1% em 2023, contra 8,9% em 2022 e 7,8% em 2019. As regiões Norte e Nordeste foram as que registraram maior proporção de pessoas com outros rendimen-

tos, superando aposentadoria e pensões. Nas demais regiões, as aposentadorias e pensões superaram com vantagem o rendimento por programas sociais.

ENSINO SUPERIOR. A pesquisa mostra que houve aumento da renda de trabalhadores com nível superior. O rendimento dos 10% mais ricos saltou 10,4%, enquanto a fatia dos 10% com menor rendimento na população teve avanço de 1,8% frente ao ano anterior.

“Em 2023, o décimo da população ocupada com melhores rendimentos teve maior expansão em relação à média, enquanto o décimo da população com menores rendimentos teve o menor crescimento em relação a 2022. Mesmo assim, o (índice) Gini continua abaixo do período pré-pandemia”, informou o analista do IBGE.

Mais ricos
Rendimento dos 10% mais ricos saltou 10,4%; para os 10% mais pobres, avanço foi de 1,8%

“Principalmente na comparação com 2022, houve recuperação do rendimento da população com nível superior completo e dos empregadores. A gente observou que o mercado de trabalho, nesse último ano, favoreceu a população com nível superior completo.”

Segundo o pesquisador, a camada da população com nível superior teve queda de rendimento no período da pandemia, mas no ano passado se beneficiou com a recuperação geral do mercado de trabalho, sendo que o setor que mais cresceu foi o de serviços mais sofisticados, como financeiro, comunicação, informação e administrativo, cujo rendimento médio do trabalho é maior. ●

PERÍODICO DISTRIBUÍDO POR REGULAÇÃO
Presidência da República - 11 604 278-6004
CNPJ nº 06.940.531/0001-90

pressreader